

JUDICIÁRIO

Mais perto de ir para a prisão

Governo italiano analisa pedido do Brasil para extradição da deputada Carla Zambelli, e embaixador brasileiro diz que a detenção da foragida da Justiça pode ocorrer em curto prazo. Câmara bloqueia verbas do gabinete da parlamentar

» LUANA PATRIOLINO

Com o cerco se fechando, a deputada foragida da Justiça Carla Zambelli (PL-SP) acumulou, ontem, uma série de reveses. O governo italiano iniciou a análise do pedido de extradição dela, com o documento entregue em mão pelo embaixador do Brasil na Itália, Renato Mosca, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do país europeu. Também ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o bloqueio das verbas do gabinete da parlamentar.

Na quarta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, havia formalizado o pedido de extradição da parlamentar, condenada a 10 anos de prisão por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A solicitação brasileira foi encaminhada com máxima rapidez pelo Ministério da Justiça ao Itamaraty. Zambelli teve o nome incluído na lista de difusão vermelha da Interpol e é considerada foragida pelas autoridades. Ela informou, nas redes sociais, que está na Itália e declarou ser "intocável" no país por ter cidadania italiana.

Além do ofício pedindo a extradição de Zambelli, Moraes encaminhou comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a suspensão dos direitos políticos da parlamentar. Também acionou a Procuradoria-Geral da República (PGR) para execução da multa aplicada à parlamentar.

A Itália julgará a solicitação do Brasil em ao menos duas instâncias. O fato de Zambelli ter nacionalidade italiana não impede que ela seja extraditada. Os dois países mantêm acordo bilateral para esses casos. No entanto, a análise da situação dela deve cumprir um trâmite processual.

Segundo especialistas, o passaporte europeu não impede a extradição da parlamentar — processo oficial pelo qual um Estado solicita e obtém a entrega de uma pessoa condenada ou suspeita de cometer crime. Os critérios são definidos por um tratado bilateral Brasil e Itália, em vigor desde 1993.

"Primeiro é feito um pedido de extradição, e as autoridades diplomáticas entram em contato entre si somente para fins de receber essa comunicação. Eles

Lula Marques/ Agência Brasil



A deputada Carla Zambelli foi condenada a 10 anos de prisão por invasão aos sistemas do CNJ e fugiu para a Itália, onde se disse "intocável"

entregam para o Ministério da Justiça italiano que deve fazer uma análise bem objetiva e documental", explicou o advogado e professor de direito Leonardo Moraes Pinheiro.

Ele destacou os direitos da parlamentar fora do país: "É importante lembrar que ela é deputada no Brasil, e não na Itália. Então, ela será tratada e terá direitos garantidos conforme a legislação italiana garante direitos aos estrangeiros que estão presentes naquele país. É claro que o tratado de extradição Brasil e Itália garante também outros direitos que são específicos quando se está sujeito a um processo de transição como a Zambelli se encontra atualmente", afirmou Pinheiro.

Verbas bloqueadas

O presidente da Câmara, Hugo Motta, informou ao STF ter bloqueado as verbas para o gabinete de Zambelli. A suspensão havia sido ordenada na semana passada por Moraes, após a Corte

Entenda o caso

Pedido de extradição

- » Após ser condenada a 10 anos de prisão e perda do mandato na Câmara por invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Carla Zambelli deixou o país. Ela seguiu inicialmente rumo aos EUA e, depois, para a Itália, nação em que ela possui cidadania.
- » Na terça-feira, o STF enviou pedido "urgente" de extradição ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, chefiado por Ricardo Lewandowski.
- » No mesmo dia, o ofício foi encaminhado ao Ministério

das Relações Exteriores, ao qual cabe a remessa do documento para a autoridade estrangeira — no caso, o governo da Itália.

- » O documento foi encaminhado pelo Itamaraty à Embaixada do Brasil na Itália e, no início da manhã de quarta-feira, já estava sob análise das autoridades do país europeu.
- » Na nação europeia, o deputado italiano Angelo Bonelli, do Partido Europa Verde, pressiona o governo pelo envio da foragida de volta ao Brasil. Ele já havia pedido a extradição de Zambelli anteriormente.

decidir pela condenação definitiva da parlamentar e o cumprimento da pena.

Em ofício endereçado a Moraes, Motta informou apenas o

"cumprimento das medidas fixadas" na decisão. A ordem do magistrado visa garantir o pagamento da multa da sua condenação, que pode chegar a R\$ 260 mil.

O STF também determinou o envio dos documentos do julgamento à Câmara, para que a Casa declare a perda imediata do cargo de Zambelli. Inicialmente, Motta informou que o processo seria automático e seguiria o rito regimental para declarar a extinção do mandato, sem necessidade de votação em plenário. No entanto, mudou o discurso e anunciou que haverá uma votação no plenário para decidir o caso — que ainda não tem data para ocorrer.

Após recuar sobre a extinção automática do mandato, Motta encaminhou para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a ordem do STF de casar a parlamentar. Zambelli terá um prazo de até cinco sessões da comissão para apresentar sua defesa. Em até mais cinco sessões, o colegiado deve concluir a análise do caso.

Independentemente do resultado, a análise final ficará por conta do plenário da Câmara — onde são necessários os votos de 257 deputados para confirmar a perda de mandato.

Mobilização para a captura

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) enviar o pedido de extradição da deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP), o embaixador do Brasil em Roma, Renato Mosca, afirmou que "ela poderá ser presa a qualquer momento".

"Há uma mobilização para deter a deputada, porque ela está na lista vermelha de difusão da Interpol. As autoridades judiciais italianas acataram o pedido e, hoje (ontem), ela poderá ser presa a qualquer momento", disse o diplomata, em entrevista à Globonews.

O embaixador explicou que não há uma operação ou um mandato de busca. Conforme as leis italianas, ela não pode ser presa dentro do domicílio onde estiver, como uma casa ou um hotel. Mas a medida pode ocorrer em qualquer lugar que não seja inviolável.

"Há um mandato de prisão provisória para fins extradicionais que é o mandato a partir do pedido da Interpol solicitado pelo governo brasileiro, que foi referendado pelas autoridades judiciais italianas", disse. "As forças policiais italianas estão trabalhando na investigação e na localização dessa foragida para efetuar a prisão. Posteriormente, o Judiciário italiano fará a avaliação, e ela terá amplo direito de defesa", acrescentou.

"Intocável"

No início do mês, Zambelli anunciou que estava nos Estados Unidos e seguiria para a Itália, onde seria "intocável" por ter cidadania. De acordo com a Polícia Federal, ela saiu pela fronteira terrestre com a Argentina em 25 de maio, por meio de Foz do Iguaçu (PR).

Após saída do Brasil, a parlamentar teve pedido de prisão determinado pelo ministro Alexandre de Moraes por fugir do país depois da condenação pela Suprema Corte, além do nome incluído na difusão vermelha da Interpol. Os dados dela estão disponíveis para as polícias dos 196 países-membros da organização. Nesta semana, ela afirmou que iria se entregar às autoridades italianas.

Parlamentar italiano pressiona por extradição da deputada

O deputado italiano Angelo Bonelli, do Partido Europa Verde, voltou a pressionar o governo da Itália, pedindo uma manifestação sobre o paradeiro da deputada Carla Zambelli (PL-SP), foragida da Justiça brasileira, após ser condenada a 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em 4 de junho, Bonelli já havia

apresentado um ofício formal de interpelação parlamentar pedindo com urgência a extradição e a revogação da cidadania de Zambelli. A deputada deixou o Brasil 20 dias após ter sido condenada pelo STF, e anunciou que iria para a Itália, onde possui cidadania.

A nova interpelação parlamentar foi encaminhada ao ministro das Relações Exteriores e da Cooperação Internacional, ao

ministro do Interior e ao ministro da Justiça da Itália.

O ofício faz um histórico do caso de Carla Zambelli, citando o envolvimento da deputada em "supostos crimes de coação no curso do processo e obstrução à Justiça", fazendo referência ao ataque hacker do qual ela participou em 2023, quando foi emitido um mandato falso de prisão contra Moraes.

No documento, o italiano questiona "que medidas urgentes os ministros interrogados pretendem adotar, no âmbito de suas competências, para cumprir as disposições da Lei nº 144 de 1991 sobre extradições, especificamente no caso Zambelli".

O italiano cita, ainda, o envolvimento de Zambelli com o Partido Liberal (PL), do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus

filhos. O parlamentar questiona o governo italiano se a família Bolsonaro teria solicitado, assim como Zambelli, a dupla cidadania italiana.

Bonelli descreveu também no ofício o episódio de ataque aos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023: "O plano seria ainda mais amplo, incluindo o bloqueio da transição democrática com apoio do Exército, e até

mesmo o encarceramento ou assassinato de Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do juiz Alexandre de Moraes. O golpe só não se concretizou devido à recusa de apoio por parte da maioria dos comandantes militares", diz o documento.

Em entrevista ao UOL, nesta quarta-feira, Bonelli informou que o governo italiano responderia em breve ao pedido.

TRAMA GOLPISTA

Processo entra em nova etapa

» MAIARA MARINHO

Após o interrogatório dos oito réus do núcleo crucial do golpe de Estado, entre os quais o ex-presidente Jair Bolsonaro, o relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Alexandre de Moraes, definiu prazo para eventuais pedidos de novas diligências, esclarecimentos ou provas adicionais que possam contribuir para a defesa ou para a acusação dos implicados. A manifestação pode ocorrer até a próxima segunda-feira.

Durante a realização dos interrogatórios, Bolsonaro afirmou ao **Correio** que ele e seus advogados

ainda não decidiram se farão alguma demanda. "Eu que tenho que provar que sou inocente ou eles que têm que provar que sou culpado?", afirmou.

Após essa etapa, Moraes vai abrir prazo de 15 dias para as alegações finais. Concluída a fase, o processo será levado a julgamento na Primeira Turma do STF; que definirá se os réus serão condenados ou absolvidos.

O julgamento será realizado presencialmente e deverá ser transmitido ao vivo. Pelas acusações, os réus podem ser condenados a penas que podem ultrapassar 30 anos de prisão em regime fechado.

Além de Bolsonaro, o núcleo crucial do golpe, como classificou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), é formado pelos ex-ministros Braga Neto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; pelo ex-comandante da Marinha Almir Garnier; pelo ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid; e pelo deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência Alexandre Ramagem.

O grupo é acusado de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Ton Molina/STF



O ex-presidente Jair Bolsonaro é apontado pela PGR como líder da organização criminosa